

Estado de São Paulo

Ata da Primeira Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos sete de fevereiro de dois mil e dezessete, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões "Vereador Reynaldo Chiavegato", da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Afonso Lopes da Silva para proferir o seguinte texto: Salmo 36: "Confia no Senhor e faze o bem, e sobre a terra habitarás em segurança. Coloca no Senhor tua alegria, e ele dará o que pedir teu coração. Deixa aos cuidados do Senhor o teu destino; confia nele, e com certeza ele agirá. Fará brilhar tua inocência como a luz, e o teu direito, como o sol do meio-dia. É o Senhor quem firma os passos dos mortais e dirige o caminhar dos que lhe agradam; mesmo se caem, não irão ficar prostrados, pois é o Senhor quem os sustenta pela mão. A salvação dos piedosos vem de Deus; ele os protege nos momentos de aflição. O Senhor lhes dá ajuda e os liberta, defende-os e protege-os contra os ímpios, e os guarda porque nele confiaram." A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: tendo em vista alguns protocolos que deram entrada naquele momento, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos. Decorrido para necessário para tal, o Sr. Presidente reabriu a sessão, comunicando que seriam constituição das Comissões Permanentes para o Biênio de 2017/2018, em conformidade com os arts. 63, 64, 65 e §§. Primeiramente, foi feita a leitura das cartas das Bancadas apresentando seus líderes, Vice Líderes e representantes de Partido e indicação para as Comissões Permanentes, conforme constava em pauta: 1. Carta da Bancada do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro: Líder: Vereador Alfredo Chiavegato Neto – Indicado para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação; 1º Vice-Líder: Vereador David Hilário Neto - Indicado para as



Estado de São Paulo

Comissões de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo e de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; 2º Vice - Líder: Vereador Ângelo Roberto Torres - Indicado para as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes; Vereador Luiz Carlos de Campos – Indicado para a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade; Vereador José Muniz indicado para as Comissões de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e de Assuntos da Região Metropolitana de Campinas; pela ordem, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra, cumprimentando a todos, pedindo à Secretária, por favor, e através do Presidente, se fosse possível, que fosse lido na íntegra como eles protocolaram na Casa, e que sabia que estava sendo lido conforme a pauta, e que achava que, para esclarecer, achava que para esclarecer seria melhor ler conforme o ofício encaminhado por cada líder do Partido, e era só para registrar em ata; o Sr. Presidente disse que iria colocar em votação o requerimento, mas foi orientado pela Secretaria da Casa que o correto seria ler na íntegra e feito requerimento, se fosse para ler conforme a pauta. O Sr. Presidente determinou, então, que fossem lidas as cartas na íntegra. A Sra. Secretária reiniciou a leitura das cartas das Bancadas: 1. Carta da Bancada do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro: Líder: Vereador Alfredo Chiavegato Neto - Indicado para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação; 1º Vice-Líder: Vereador David Hilário Neto - Indicado para as Comissões de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo e de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; 2º Vice – Líder: Vereador Ângelo Roberto Torres - Indicado para as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes; Vereador Luiz Carlos de Campos – Indicado para a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade; Vereador José Muniz – indicado para as Comissões de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e de Assuntos da Região Metropolitana de Campinas; 2. Carta da Bancada do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; Líder: Vereador Rodrigo da Silva Blanco - Indicado para a Comissão de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo; Vice Líder: Vereador Walter Luiz Tozzi de Camargo – Indicado para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana -Indicada para as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo; 3. Carta da Vereadora Cássia Murer Montagner, representando o Partido da República –



Estado de São Paulo

PR, Indicada para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo; 4. Carta da Bancada do PPS – Partido Popular Socialista: Líder: Vereadora Taís Camellini Esteves – Indicada para a Comissão de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parlamento do Solo; Vice-Líder Vereador Afonso Lopes da Silva – Indicado para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade; 5. Carta da Bancada do PV – Partido Verde: Líder: Vereador Cristiano José Cecon – Indicado para as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parlamento do Solo e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes. O Sr. Presidente solicitou que fossem lidas mais duas cartas: 1. Da Sra. Taís Camellini Esteves, indicando seu nome para a Comissão de Obras Planejamento, Atividades Privadas e Transportes, além da já indicada; 2. Carta da Bancada do PMDB indicando um segundo Vice Líder, a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana, e os demais membros Vereador Rodrigo da Silva Blanco – Indicado para a Comissão de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo; Vereador Walter Luiz Tozzi de Camargo – Indicado para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana - Indicada para as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Depois de lidas as cartas, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para acrescentar os novos ofícios ao formato das Comissões. Decorrido o prazo necessário para tal, o Sr. Presidente reabriu a sessão, pedindo a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que cumprimentou a todos, dizendo primeiramente de agradecer a Deus pela oportunidade de estar ocupando seu lugar na Casa, seu terceiro mandato, e também desejou boas vindas aos seus Colegas Vereadores que ,de novo, se reelegeram, e para os seus amigos que iam encarar aquele mandato; disse que queria dizer ao senhor Presidente que eles deveriam dar um pouco mais de adiantamento na Sessão, e também dizer às pessoas dos nobres Colegas novos, que aquilo era uma coisa política que, às vezes, no seu entendimento, na sua experiência, às vezes era uma briga pessoal, por causa de Comissões que cada um estava escolhendo as principais, e, às vezes, tinha pessoas a mais em cada uma; disse que queria dizer para eles ficarem bem à vontade para soltar a sessão, para também darem agilidade nisso, e disse que, no dia seguinte a vida continuava e que, de sua parte via que política era política e amizade era amizade, e que cada um já sabia o que iria fazer, o que cada um almejava para si, e que, então, eles podiam tocar essa linha aí, e que



Estado de São Paulo

discordâncias iriam ter sempre, e que também era uma coisa que ele queria dar de dica ali que não era só naquele dia que iria ter discordância, mas disse que sempre a paz prevaleceu na Casa, e isso, consequentemente, e que às vezes ele estava numa forma de tirar um pouco do nervosismo deles, dos nobres Colegas novos, e disse para seguirem a votação, e agradeceu ao Presidente; o Sr. Presidente disse ao Vereador Fred que tinha pedido a palavra, que só responderia ao Magrão, e disse a este Vereador que como eles não tinham consenso em alguma Comissões, a Diretora Alzira estava fazendo as cédulas, e que iriam ter que parar do mesmo jeito, e que ele estava esperando a Alzira vir com as cédulas, pois iriam ter votação em algumas Comissões, que não tinham consenso, por isso ele estava esperando; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que o voto era político, e o que eles estavam pleiteando ali não era político, era um direito que era assegurado no Regimento Interno, o voto em si, depois, realmente, era um voto político, se fosse baseado até nos pareceres, melhor ainda, mas enfim, eles estavam ali discutindo uma questão que, até então, eles não sabiam como iria ser procedido pelo Presidente, estavam parando a sessão, conversando, e que ele gostaria, depois, também, de tentar, para não falar que eles não estavam abertos a uma negociação, eles gostariam até de conversar novamente, e que a intenção deles era garantir um direito regimental e constitucional da Bancada do PTB, só isso, e que ele sabia que estava havendo muita dificuldade de interpretação, e que era isso que ele gostaria de deixar claro a todos; deixava claro que aquela decisão não era política, não era política, era uma questão regimental de direito assegurado pela Constituição, pelo Regimento Interno da Casa e pela Lei Orgânica do Município; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos, dizendo que aquela primeira sessão deles, era a Sessão da escolha das Comissões Permanentes da Casa, e que era importante ressaltar que aquelas Comissões iriam ser o instrumento para recebimento dos projetos, para análise desses projetos e emissão de pareceres, por isso da importância delas nessa composição, que era lógico, passava a ser um momento mais demorado até para que se chegasse num consenso; mas falando com relação à proporcionalidade, a Regimento, achava que era importante colocarem, deixarem muito claro, até que o artigo cinquenta e oito da Constituição falava que a proporcionalidade, ela era respeitada na medida do possível, inclusive, o Regimento da Casa, também, colocava isso, e quando havia algum tipo de divergência nessa situação, levavam a situação para o voto, como também previa o Regimento Interno;



Estado de São Paulo

disse que essa primeira parte que estavam ali tentando compor, ela deixava a margem dessa sensação que a coisa estava demorando, mas, infelizmente, era o primeiro passo para tentarem eleger as Comissões, agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luis Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Presidente que ele gostaria que o mesmo explicasse para o Plenário, para o público, como seria aquela votação e baseado em que artigo, em que parte do Regimento Interno; pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que era bom deixar claro, e que era lógico que eles Vereadores estavam ali, tinham um pouquinho de ciência daquilo que falava o Regimento Interno, mas também para a população aproveitar, ele pediu que eles lessem o Regimento Interno, a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, só para ficar claro para todo mundo daquilo que eles estavam discutindo ali, e que ele até gostaria de pedir um requerimento, ou melhor, um Regimento e até uma Lei Orgânica, inclusive uma Constituição Federal da nobre Diretora do Jurídico para não falar que eles estavam mudando a Constituição Federal, o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município; disse que podia até ter outra interpretação, diferente daquilo que estava escrito lá, e, realmente, ler pausadamente aquilo que eles todos gostariam de escutar; o Sr. Presidente disse que, respondendo ao Vereador Bozó, que como algumas Comissões não houve consenso, iriam fazer igual fizeram na Legislatura passada, nos últimos dois anos, as Comissões que tinham mais de três membros, não tinha Comissão, iria ser votado membro a membro, e como o Vereador Bozó falou, em relação ao Regimento, realmente, o Regimento falava isso, quando não se tinha o consenso, tendo maior número de membros, era votado, voto a voto; disse que tinha um parecer jurídico e ele confiava no que o jurídico lhe passou, e iria seguir desse jeito; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que reiterou seu pedido mais uma vez ao Sr. Presidente, dizendo que ele gostaria que eles lessem o Regimento para embasar essa decisão que ele gueria tomar, e sabia que ele tinha o Parecer, mas era bom eles lerem e tentarem entenderem esse embasamento, porque até onde ele entendia, e voltava a dizer, a primeira vez que, hoje, houve um caso daquela forma, onde eles não chegavam num consenso, porque das outras vezes ou se fizeram do jeito que eles queriam fazer, foi em outra legislatura, e foi feito errado, e o que eles tinham que fazer era a coisa certa, dali para frente, e que se foi feito daquela forma e ninguém questionou, foi feito equivocado e deveria ser questionado, e que eles iriam fazer, era tentar, de uma certa forma, compor com os nobres Pares aquilo que eles pleitearam, e se isso não tivesse acordo, eles,



Estado de São Paulo

realmente, iriam tomar uma posição, e diferente daquilo que eles gostariam, e que eles estavam ali, mais uma vez, para tentar compor; o Sr. Presidente disse ao Vereador Fred que, seguindo o pedido dele, já que tinham interesse de dialogar, iriam suspender por cinco minutos, se reunirem todos e deixou claro ao Vereador que, em nenhum momento, ele impediu um consenso, eles tentaram conversar, não foi falta de diálogo, e se alguém abriu mão de Comissão A, B, C ou D, e que achava que a discussão veio para o Plenário, o Plenário era soberano e decidia o voto; assim suspendeu a sessão por cinco minutos, para conversarem com todos; decorrido um longo período, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, sendo que, pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra, sendo-lhe concedida, ele cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Presidente que, só pra constar eram nove horas e trinta e seis, e que era bom constar em ata, e o parágrafo único dizia: "Subseção Dois – do Expediente: O Expediente terá a duração máxima e improrrogável de duas horas, a partir da hora fixada para o início da sessão." Disse que como a hora da Sessão estava marcada para às dezenove e trinta, já eram vinte e uma e trinta e seis, e que aquela sessão, no seu ponto de vista, já estava encerrada, e que era legal constar em ata isso, e o Sr. Presidente lembrou ao Vereador que a sessão tinha começado às dezenove e quarenta, e que ele podia pegar a ata, no começo, e que estava com um pedido de prorrogação da sessão, que iria ser votado pelos Pares; e o Sr. David Hilário Neto reforçou que estava no Regimento: "a partir da hora fixada para o início da sessão", e que a hora fixada para o início da Sessão era às dezenove e trinta e não às dezenove e quarenta, e que isso estava no mesmo parágrafo, "Subseção Dois, Do Expediente". Disse que achava que tinha bastante advogados na Casa, achava que estava bem clara, não tinha nenhuma outra lei dizendo o contrário disso; o Sr. Presidente disse que às dezenove e trinta ele já estava com o documento em mãos, e que iria colocar em votação; o Sr. David Hilário Neto disse que, não, ao Sr. Presidente, porque a sessão, às dezenove e trinta estava fechada, e que achava que tinha tudo gravado e que achava que podia registrar em ata; o Sr. Presidente disse ao Vereador que ele iria colocar e o Plenário iria decidir, os Vereadores iriam decidir; o Sr. David Hilário Neto disse que tinha pedido "pela ordem" às dezenove e trinta e dois, pediu desculpas e retificou o horário, vinte e um e trinta e dois, e que naquele momento era vinte e uma e trinta e sete, e que era bom a população ter ciência, que aquele requerimento poderia anular todo esse ato por essa inconsequência do Sr. Presidente, e que era bom toda a população ficar ciente, se atrapalhar os andamentos da Casa era devido essa atitude; o Sr.



Estado de São Paulo

Presidente disse "Okay" ao Sr. Vereador e que iria colocar sob sua responsabilidade, que ele podia ficar tranquilo; a seguir, o Sr. Presidente solicitou que a Sra. Secretária fizesse a leitura do requerimento da prorrogação do expediente, que se faz constar na íntegra: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna. Assunto: Requerimento para prorrogação do Expediente. Tendo em vista que as Comissões Permanentes devem ser constituídas na Primeira Sessão Ordinária, requeiro a prorrogação do prazo do Expediente para o término das votações das constituições das Comissões. Câmara de Jaguariúna, sete de fevereiro de dois mil e dezessete. Walter Luis Tozzi de Camargo – Vereador". Em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que só para deixar registrado e claro, que o Regimento, mais uma vez, estava sendo contrariado, o requerimento de prorrogação da Sessão era de competência de cada um dos Vereadores, mas teria que ser apresentado no horário que fosse antes do término do Expediente, e que achava que não deveria nem colocar, e que eles tinham que dar sequência à Sessão, através da Ordem do Dia, e o Expediente ficaria para a próxima Sessão, como eles sabiam que teriam outras matérias que ficariam para a próxima Sessão, e por isso pediu ao nobre Presidente que respeitasse o Regimento Interno e encerrassem o Expediente, e eles teriam um tempo maior para discutir essas Comissões, e que sabia que tinha muita gente consultando as bases, e eles não tinham nenhum projeto na Casa, que pudesse chegar e ter que colocar a Comissão para trabalhar o quanto antes, mesmo porque o Sr. Presidente, se chegasse algum projeto, ele poderia convocar uma Sessão Extraordinária e nomear um Relator Especial, para que o Projeto seguisse o mais rápido possível e pediu ao nobre Presidente que, realmente, encerrasse o Expediente, e que não iria ficar bom votar um requerimento fora do horário, haja vista que já eram nove e quarenta; agradeceu, e disse, ainda, que se a Sessão começou fora do horário que estava marcado, ele também cometeu um equívoco, porque tinha que ter começado às dezenove e trinta, e que era o horário que eles tinham que estar presente, inclusive para responder a chamada, e que se não respondessem no momento certo, teriam até a punidade de perder um terço do salário, e que era isso que falava o Regimento Interno, e que tinham que estar na Casa no horário pré determinado para começar a Sessão, em respeito a toda a população, e que achava que o Expediente já tinha se encerrado e pediu ao nobre Presidente que deixassem essa discussão, mais uma vez, das Comissões, e conseguissem mais um tempo, e que ele teria até o embasamento legal que passou o prazo; o Sr.



Estado de São Paulo

Presidente disse ao Vereador Fred que ele respeitava a opinião dele, mas em vários momentos ali começaram a sessão depois das dezenove e trinta e que o Vereador estava na Casa havia vinte anos, sabia, enes momentos que começaram depois do horário, e que ele estava com o requerimento às dezenove e trinta horas em suas mãos, a seguir, colocou em votação o requerimento, mas o Vereador David Hilário Neto pediu a palavra, e o Sr. Presidente disse que ele demorou e que já tinha colocado em votação, e que ele já tinha aberto discussão e ele não tinha pedido, e deixou em discussão mais uma vez; o Sr. David Hilário Neto, na tribuna, disse ao Sr. Presidente que o que muito lhe chateava que há cinquenta anos atrás o Congresso parou o relógio para aprovar a Constituição do Regime Militar, e era o que estava parecendo a Casa, porque o Sr. Presidente estava lhe falando que ele abriu a sessão às nove e trinta e que tinham uma população presente, sendo gravado e registrado, e que era mentir na cara do povo, e que ele não podia admitir uma situação dessas, e que o Sr. Presidente tinha acabado de dizer que abriu a sessão às nove e trinta e que ele olhou para o relógio, e o relógio estava errado, então, perguntou; então, precisavam pedir para os funcionários arrumarem, e que era nove e trinta e dois quando abriu a sessão, e que ele pediu pela ordem às nove e trinta e quatro, e que ficasse bem registrado, que ficasse na pauta, para no amanhã ou depois, aquilo fosse para a Justiça, eles terem argumentos; disse ao Sr. Presidente que a atitude dele o espantou muito, porque ele estava lendo uma matéria naqueles tempos atrás que fazia cinquenta anos que o Regime Militar parou para aprovar uma Constituição, e que a Casa iria começar, na primeira sessão, com essas atitudes, perguntou; disse que isso estava envergonhando muito uma votação que eles tiveram, eles estavam ali para representar o povo, por caprichos de não se sabia quem, e que isso não lhe interessava, e que eles estavam fazendo manobras e manobras para conseguir mudar o Regimento da Câmara, mudar a Lei Federal, mas deixava claro, o horário passou, aquela votação não podia acontecer e se acontecesse era ilegal, e que a população estava ali na Casa, que estava presente e estava acompanhando, era ilegal; disse que a decisão era do Sr. Presidente, não cabia a ele, Vereador, e que o Sr. Presidente procedesse, soubessem eles que ele, David, mesmo se o Partido não quisesse entrar, ele iria entrar com uma medida judicial para anular esta Sessão, porque a Sessão não teria valor a partir daquele momento; agradeceu e desejou boa noite a todos; o Sr. Presidente disse ao Vereador que ele, Romilson, era um cara muito democrático, tanto que, até aquele momento, ele estava dando abertura de diálogo, eles discutirem, entrarem em consenso; disse ao Vereador que ele não



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

estava sendo autoritário, abriram ali todas as discussões possíveis, suspendeu vários vezes as sessões para entrarem num consenso, e disse ao Vereador que se não tinha consenso, não podia lhe culpar porque não tinha consenso, teve diálogo, e que o Vereador podia seguir, mas que eles iriam seguir conforme estava na pauta; pediu, ainda, que o Plenário ouvisse a discussão ali; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que perguntou ao Sr. Presidente se na hora que foi feito o requerimento tinha algum registro de horário, que foi feito no computador? Para que eles vissem se foi, realmente, nove e trinta, porque tinha que prosseguir e votar aquilo naquele dia e ficava ao critério dele, disse ao Sr. Presidente; pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que só queria instruir a sua bancada que, se isso ocorresse mesmo, eles saíssem do Plenário, em virtude de não ter respeito ao final do Expediente, e deixasse eles decidirem como achavam que deveriam decidir, voltando a dizer que o Sr. Presidente deveria ter votado aquela prorrogação em duas horas que eles estavam discutindo que era só colocar o requerimento, se seria aprovado ou não, foi apresentado tempestivamente, e que eles estavam ali, realmente, fazendo algo que era legal, e pediu aos nobres Pares de instruir a votação e se fosse acontecer isso mesmo, eles saíssem do Plenário e voltassem na hora que fosse reaberta a sessão para a Ordem do Dia; o Sr. Presidente disse ao Vereador Fred que ele sabia da hora, e que o mesmo os chamou para a discussão, disse ao Vereador, e que ele tinha chamado a todos mais uma vez para discutir a Comissão e estava vendo a hora, disse ao Vereador; diante de manifestação na assembleia, o Sr. Presidente pediu para que não se manifestassem, para não atrapalhar o andamento dos trabalhos; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu, mais uma vez a palavra, dizendo ao Sr. Presidente que ele tinha a prerrogativa deles discutirem e terem prorrogado a sessão, ele tinha aquela prerrogativa, e que se ele não foi instruído de acordo, não era ele, Vereador Fred, o culpado; disse que só falava daquilo que estava no Regimento, e ele só estava seguindo o Regimento, aliás estava tentando provar a todos ali aquilo que o Regimento estava dizendo para que eles pudessem seguir da mesma forma e que não estava havendo consenso por parte da Bancada que representava a situação e eles estavam sendo cerceados de exercer o direito maior de discutir e participar, não estavam deixando-os participar, e que eles queriam garantir a participação deles, para que as coisas acontecessem da melhor maneira possível, dando respaldo, ainda mais, àquelas decisões que ali nem foram tomadas, e que era isso que ele estava pedindo, e que ele estava falando para eles que podiam se reunir novamente, e que achava que eles



Estado de São Paulo

tinham tempo hábil de discutir com quem era de direito, realmente, se eles não deviam ter uma participação em todas as Comissões como era garantido pela Lei Orgânica, Regimento Interno e Constituição Federal, e que era só isso que eles estavam tentando fazer, garantir o direito deles, mas que ele gostaria de instruir que se fosse votar o requerimento mesmo, eles saíssem e voltassem novamente na hora da Ordem do Dia; agradeceu; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação o requerimento do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando prorrogação do Expediente para término da constituição das Comissões; em votação, foi o referido requerimento aprovado por sete votos favoráveis; a Bancada do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, José Muniz e Luiz Carlos de Campos se ausentaram do Plenário no momento da votação; pediu a palavra o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que gostaria que constasse na Ata que houve sete votos favoráveis e cinco abstenções e que a Bancada do PTB tinha deixado o Plenário durante a votação; então, ele solicitou aquela gentileza; naquele momento o Presidente pediu a palavra dizendo que eram sete favoráveis e cinco abstenções e que o requerimento estava aprovado e, tendo em vista a prorrogação ele passou a eleger os membros das Comissões Permanentes; pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo boa noite mais uma vez e que gostaria de pedir ao Presidente que esclarecesse como ele iria proceder as escolhas dos membros, e baseado em qual artigo do Regimento Interno; pediu a palavra o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo ao Presidente que registrasse também, que já havia precedentes, naquela Casa, de votações que foram feitas membro a membro das Comissões e aquilo já tinha acontecido algumas vezes e não era inédito aquilo, já tinha acontecido por algumas vezes e, fazer algo diferente daquilo poderia gerar ato de imunidade, principalmente dos atos já praticados pelas comissões anteriores e aquilo era fundamental para que não houvesse dano ao erário municipal; ele gostaria que fosse registrado e fosse acolhido o que já era de praxe naquela Casa, a votação membro a membro, principalmente por aquelas questões que foram levantadas lá por ele; agradeceu; pediu a palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo ao Presidente que a Bancada do PTB pedia para que a eleição dos membros das Comissões fossem feitas com base no Regimento Interno, artigo meia cinco que dizia o seguinte e leu para todos: "não havendo acordo proceder-se-á a escolha por eleição, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão, considerandose eleitos os mais votados"; quando se falava os mais votados não poderia ser



Estado de São Paulo

dois, dois candidatos, se eram quatro Vereadores pleiteando a vaga na Comissão, então, teria que ser os quatros e os três que tiveram mais votos seriam eleitos porque se fosse o mais votado seriam dois, daí sim, seria o mais votado de dois, quando se falava os mais votados era plural, não era....então teria que ter quatro membros, quatros Vereadores pleiteando a vaga, os quatros seriam candidatos simultaneamente, tinha que ser daquela forma, se não fosse daquela forma, estaria errado, se a Câmara tinha errado em épocas passadas, tinha que corrigir o erro, aquele era o negócio, tinha que acompanhar o Regimento Interno, tinha que seguir e respeitar, se não fosse daquela forma, eles não iriam votar, porque eles descordavam e outra coisa para ficar claro partido A, B, C e D; partido A teve cinco votos, partido B quatro, C e o D dois, dava treze votos, A e B estavam eleitos, repetia a votação como falava o Regimento Interno para aqueles dois que tiveram dois votos, o que tinha mais voto era o terceiro membro, tinha que ser daquela forma, se não fosse daquela forma, eles se recusariam a votar; o Sr. Presidente disse ao Vereador Bozó que gostaria de deixar claro a todos os nobres Pares e ao público presente que a prorrogação da Sessão se deu em conta das Comissões Permanentes teriam que ser constituídas na primeira Sessão Ordinária, então justificava a prorrogação; disse ao Bozó para deixar claro, como na Legislatura anterior, seria daquele formato mesmo, voto membro a membro, as Comissões não tinham consenso e votariam membro a membro até eleger os três membros; pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo ao Sr. Presidente que, se ele optasse a votação de membro a membro que fossem excluídos os membros do PTB, ele leu para o nobre Vereador mais uma vez, Presidente daquela Casa que estava descumprindo o Regimento Interno, no artigo sessenta onde falava que: "A Representação dos Partidos ou Blocos será obtida dividindo-se o número de membros da Câmara Municipal pelo número de membros de cada Comissão e o número de Vereadores de cada partido ou Bloco pelo resultado assim alcançado, obtendo-se, então, o quociente partidário que, representará o número de lugares que cada Bancada fará nas comissões", ou seja, que falava e bem claro o Regimento Interno; eram em treze Vereadores, as Comissões eram de três membros, se dividisse treze por três, teria um resultado de quatro vírgula, três, três, três; o PTB que tinha cinco Vereadores, dividindo por quatro vírgula três, três, três, teriam um quociente partidário de um vírgula quinze, eles tinham direito já de um membro em cada Comissão, direito adquirido, não tinham que participar de discussão nenhuma, imposição nenhuma, era direito deles, tinham que discutir entre eles do PTB, aquele que faria parte de cada



Estado de São Paulo

Comissão, era direito, não estavam querendo deixá-los terem aquele direito, era aquilo que eles estavam discutindo ali, era matemático, claro, e estava no Regimento Interno, não estavam dando aquele direito deles participarem das Comissões; o que queriam fazer: tirar os Vereadores que estavam ali para discutir projetos, discutir a expressão das minorias na Casa e colocar nas Comissões que não tinham representatividade nenhuma e nem participariam das discussões das Comissões, estavam querendo excluir, na verdade, do Processo Legislativo, o direito deles, Vereadores, participarem, fazendo com que a base todinha tivesse participação nas Comissões que eram mais importantes para fazer ali o que bem entendiam, e que não era justo aquilo, e outra, tudo aquilo que uma Comissão iria decidir, sempre teriam a maioria, pelo que estava lá, dois membro da base e um deles, eles seriam sempre voto vencido na Comissão, caso a Comissão tivesse um parecer que não fosse compatível com que todo mundo quisesse, iria para o Plenário ainda, daí assim, eles exerceriam o poder de voto, podendo, realmente, acatar o parecer, derrubar um parecer, daí dependia da maioria da Casa, tudo legalmente, era isso que ele estava querendo dizer, estavam questionando a legitimidade de estarem participando da Comissão, era só isso, era direito dele, o Vereador eleito pelo PTB, graças ao Vereador David que teve uma votação expressiva e fez que a Bancada do PTB tivesse cinco Vereadores, se fosse outra Bancada que tivesse mais cinco, teriam o mesmo deles, estava claro no Regimento Interno, não estavam querendo respeitar isso, estavam querendo impor através de uma votação que estava errada também, que queria por nome por nome, e se aquilo tinha ocorrido em outras legislaturas, deveria ser questionado, agora era para esquecer outras legislaturas, estavam numa nova, não poderiam cair no mesmo erro, então, ele pediu aos nobres Pares mais uma vez para não fazer aquela votação, garantisse a eles aquele direito e que se quisesse fazer, que fizesse de acordo do Regimento Interno a votação, se quisessem fazer, de acordo com o Regimento Interno e não por membro a membro, daí sim poderiam contar com eles, senão, realmente, seriam obrigados a se absterem e não votarem e não participarem daquela Sessão que já deveria estar encerrada; disse que estava claro lá, ele só gostaria que se atentassem ao Regimento Interno, o artigo sessenta e quatro falava o seguinte: "Os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos líderes da bancada, para um período de dois anos, observada sempre a representação proporcional partidária"; o problema era o seguinte, eles atingiram a proporcionalidade de um e mais um pouquinho, estava sobrando um outro



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

nome para outra comissão, abriram mão, não tinha problema nenhum, tinha composto, poderia ter jogado um membro que tinha sido nomeado para uma comissão para outra, era uma questão para eles decidirem aquilo, então, eles não estavam dando a chance a eles de participarem de um processo legislativo e participar da Câmara como Vereadores eleitos pelo povo, era só aquilo que eles estavam questionando e daquela forma estavam conduzindo a Sessão para que a eleição fosse de membro a membro, para que, como eles tinham a maioria lá, fosse sempre sete a cinco, eles não iriam participar de nenhuma, por isso que eles não queriam, mais uma vez a matemática que estava lá presente; ele pediu a eles que, novamente, não fizessem isso, pois iriam colocar em cheque toda a credibilidade da Câmara, não era daquela forma que deveria ser feito, pediu que refletissem e que tinha tempo para decidir isso ainda, não tinha nada de urgência para ser votado e o que estava acontecendo ali, era que estavam atropelando o Regimento mais uma vez e eles não gostariam de começar daquela forma; ele pediu, novamente, para o Presidente, que refletisse e desse a possibilidade de participar, era só aquilo que eles queriam como direito garantido pela Constituição, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, não estavam pedindo nada daquilo que não estava escrito, era isso que ele pedia aos nobres Pares o favor em dar aquela condição em participar, era só aquilo, não era para eles serem excluídos; o Sr. Presidente disse ao Vereador Fred que respeitava o opinião dele, só que ele se contradizia no discurso, dizendo que na última vez que o Fred tinha sido Presidente ele tinha feito aquele procedimento, foi votado membro, quando ele foi Presidente; fizeram isso na última vez com o Adilson, ele mesmo quando estava de Vereador, ele tinha perdido uma Comissão onde tinha quatro pessoas e que o Fred estava no sexto mandato dele, e agora dizendo que estava errado aquele procedimento, ele tinha feito quando foi Presidente, tinha também um mandato em que ele tinha sido Presidente em dois mil e treze e dois mil e catorze ele procedeu daquela forma em alguns momentos nas Comissões, então disse ao Fred sobre retirar o PTB, ele não poderia excluir o direito de participarem, aquilo caberia a eles e que, realmente, ele iria fazer a votação membro a membro; a seguir, pediu a palavra o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Presidente que fosse colocado em votação se seria membro a membro ou se seria feita uma única votação, lembrando sempre da soberania do Plenário para decisões de questões controversas, agradeceu; pediu a palavra o Vereador David Hilário Neto dizendo para registrar e deixar claro que não tinha controversas, a lei era bem clara da forma de votação; disse que achava que não poderia usar de exemplo o



Estado de São Paulo

passado, porque se fosse usar de exemplo o passado só teria ladrão lá, porque o política do País era só político na cadeia, então, se fosse seguir os erros da passado a política do País nunca teria jeito nem solução e que eles estavam lá para mostrar o correto, então, não tinha cabimento nenhum aquele formato; o Sr. Presidente disse ao Vereador David que ele não estava usando formato errado, ele estava seguindo pelo Regimento e que dizia o Regimento, que não havendo consenso, a votação, disse ao Vereador e que daí ficaria complicado, que lá atrás ele tinha apoiado e no momento achava que estava errado, perguntou ao Vereador e que era preciso entrar num consenso, eles falavam que estava errado mas, na legislatura passada estava tudo certo, e ele perguntou o que estava certo ou errado; disse ao Vereador que ele iria seguir aquela linha votando membro a membro; pediu, mais uma vez, a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto, falando que o Sr. Presidente tinha dito que ele, Alfredo Chiavegato Neto, errou e pediu para o Sr. Presidente confirmar que ele tinha errado; o Sr. Presidente disse ao Vereador, que ele não falou que ele tinha errado, mas que o Sr. Alfredo tinha falado que aquele formato estava errado, mas que quando ele foi Presidente, ele tinha feito aquele procedimento, estava errado? O Sr. Alfredo Chiavegato Neto perguntou se ele errou; o Sr. Presidente disse que não, não, que ele estava seguindo o Regimento, e que estava seguindo o que achava que era certo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o nobre Vereador falou que ele errou e que se ele errou lá, ele pedia desculpas, e perguntou ao Sr. Presidente se ele iria cometer o mesmo erro, se o Sr. Presidente iria cometer o mesmo erro que ele; o Sr. Presidente disse que não iria cometer o mesmo erro, mas que ele iria seguir o Regimento; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto perguntou onde estava no Regimento Interno, que a votação tinha de ser daquele jeito, pediu por favor; o Sr. Presidente perguntou ao Sr. Alfredo Chiavegato Neto em que ele tinha se baseado lá nos anos atrás, quando ele colocou em votação aquele formato; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse ao Sr. Presidente, que estavam no início de uma nova legislatura e que tinha que esquecer o passado; o Sr. Presidente perguntou se mudou o Regimento, ele não estava sabendo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que se ele errou, ele era responsável pelos erros dele, e perguntou ao Sr. Presidente se ele iria cometer os mesmos erros, e o Sr. Presidente disse que ele achava que ele estava certo e que ele iria seguir com aquilo que ele achava que estava certo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que, então, estava bom, e o Sr. Presidente disse que ele errou, mas iria fazer a coisa certa, e então, ele não tinha errado, ele estava certo, então, ele estava certo, perguntou; mas que achava que ele errou, então, ele



Estado de São Paulo

gostaria que o Sr. Presidente não cometesse o mesmo erro, e que ele gostaria que o Sr. Presidente, realmente, esclarecesse, baseado em que artigo, que eles não tinham direito ao quociente partidário, porque o Sr. Presidente estava falando que eles não tinham direito ao quociente partidário, e que eles não tinham direito de participar nas Comissões, ele queria saber que artigo que falava aquilo, ele não queria saber membro a membro, no que ele iria se basear, não queria saber, mas queria saber que artigo que ele falava que eles não iriam participar, e por isso eles votariam membro a membro; o Sr. Presidente disse que eles iriam votar membro a membro porque não havia consenso de algumas Comissões, e se não havia consenso nas Comissões, iriam fazer votação, falava isso, e falava o Regimento claramente; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto perguntou onde falava e o Sr. Presidente perguntou se ele tinha mais alguma dúvida, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que ele só queria saber onde estava no Regimento; a seguir, pediu a palavra, novamente, o Sr. David Hilário Neto, dizendo que só para deixar claro ele iria ler novamente o artigo sessenta e cinco, onde dizia que "não havendo acordo proceder-se-á a escolha por eleição, votando cada vereador em um único nome para cada comissão, considerando-se os eleitos, os mais votados", plural, e que ele achava que se não tinha no Regimento, estava deixando bem claro, só tinham um artigo para seguir, senão eles suspenderiam a sessão e discutiriam mais um pouquinho sobre aquele artigo; havendo manifestação na assembléia, o Sr. David Hilário Neto questionou quem era a pessoa que estava se manifestando, para decidir se iria ou não suspender a sessão; naquele momento o Sr. Presidente pediu para que mantivessem a ordem na Casa, e o Sr. David continuou sua fala dizendo que estava bem divertido aquilo, que aquela Casa tinha virado uma comédia; em seguida, o Sr. Presidente disse que iria colocar em votação o requerimento verbal, se seria membro a membro, para formar a Comissão, formar a primeira Comissão de Constituição, Justiça e Redação, porque tinham quatro membros e tinha de colocar para votar, votar membro a membro para eleger os três membros, tinham quatro concorrentes e repetiu que tinham quatro concorrentes para elegerem os três membros; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu outra vez a palavra, dizendo que o Sr. Presidente tinha de seguir o artigo sessenta e quatro, que dizia que: "os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos líderes das bancadas, para um período de dois anos, observados, sempre a representação proporcional partidária" e era isso que ele queria que o Presidente entendesse; o Sr. Presidente disse que ele estava seguindo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse



Estado de São Paulo

que não estava, e ele não poderia colocar todo mundo; o Sr. Presidente disse que sim, que tinha ali a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, Walter Luís Tozzi de Camargo, Afonso Lopes da Silva, Cássia Murer Montagner, tinham quatro, tinham de votar e eleger três membros; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o Presidente tinha de excluir o membro do PTB da votação; o Sr. Presidente disse que iria colocar em votação, eles tinham quatro membros e não tinha consenso; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que se ele quisesse votar os quatro de uma vez, uma única votação... o Sr. Presidente disse que não, e que seria um por vez; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse ao Sr. Presidente que estava errado; o Sr. Presidente disse que era uma prerrogativa dele e que ele iria colocar daquela forma, como ele tinha colocado; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o Regimento não era prerrogativa do Presidente; o Sr. Presidente disse que tinha sido daquela forma anteriormente e que ele iria colocar naquele formato; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que não foi daquela forma e que daquela vez, o PTB tinha cinco Vereadores na Casa e que o quociente partidário era um índice obtido por uma divisão, era um índice claro, matemático, não tinha dúvida, e que o índice partidário do PTB era um vírgula quinze e em cada comissão tinham de ter um membro, e sobrava ainda; o Sr. Presidente disse que como eles sabiam, não tinha consenso e se tivesse consenso resolveriam; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que não era, e que o consenso era dele, Presidente, que ele tirava de quem tinha o quociente partidário e remanejava e montava a comissão; o Sr. Presidente disse que ele não podia tirar porque não seria democrático, tinha que votar, tinha que por em votação; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que estava lá, que era prerrogativa dele, Presidente, e era ele quem nomearia, e leu: "serão nomeados pelo Presidente", mas estava bom, disse ao Sr. Presidente, se ele queria fazer, mais uma vez disse que eles não iriam participar da votação, não iriam participar de nenhuma comissão, daí o Presidente fazia a proporcionalidade como bem entendesse; a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto, que queria deixar claro, mais uma vez, que estavam confundindo duas coisas básicas, a forma de votar e o direito do PTB de ter a vaga, e naquele momento estavam discutindo o formato de votar, independia se tinha quatro, cinco ou dez, o formato de votar estava claro no Regimento; a discussão se o PTB tinha ou não a vaga, era o artigo sessenta que deixava claro que a proporcionalidade tinha de ser seguida e era uma outra discussão, e a discussão naquele momento estava sendo o formato de votar, apenas isso, mais nada, então, quando ele falava das vagas do PTB, aquilo não



Estado de São Paulo

tinha nada a ver, estava dizendo claro no artigo meia cinco, que tinha de ser daquela forma, não existia prerrogativa, não existia nada, existia o Regimento Interno, senão, não teria porque existir, poderiam rasgar a Constituição, aquele livro, rasgar, jogar fora, porque o Presidente fazia as leis naquela Casa e era o que estava acontecendo naquela noite, naquela Casa; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos, dizendo que ele achava que era bom o pessoal do PTB observar a questão dos requerimentos que foram mandados para a Secretaria, em relação aos pedidos de participação das Comissões, lá ninguém estava falando que o PTB não iria participar de Comissão, era só observar os requerimentos que foram enviados, que iriam ver que eles iam participar, e outra coisa, sempre que tinha divergências, discutia-se ali e votava; disse que tinha uma solicitação do nobre Vereador Waltinho, que era o seguinte, se eles iam votar membro a membro e assim que tivesse a dúvida, votava, era daquela forma que funcionava a democracia; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, requerendo para que colocassem em votação se eles iriam votar membro a membro, os membros das Comissões Permanente; agradeceu; a seguir, pediu a palavra, novamente, o Sr. Luiz Carlos de Campos, solicitando ao Sr. Waltinho, para que ele respondesse que artigo do Regimento Interno ele se baseou para fazer aquele requerimento, se estava no Regimento Interno, porque lá tinha sido claro o Regimento Interno, se houve erros passados, a obrigação da Câmara era corrigir os erros e o PTB não estava ali para atrapalhar, eles iriam ser sempre minoria, mesmo que fosse respeitado o direito deles de uma vaga em cada Comissão, eram sete Comissões, iria ter um membro em cada Comissão, iriam ser minoria na Comissão, iam ser voto vencido na Comissão, eles poderiam ser voto vencido no Plenário, também, mas o que o Fred falou ali, e os Vereadores do PTB falaram, era o direito que eles tinham em participar em todas as Comissões, eles sabiam que eles iriam perder, que eles eram voto vencido, aquilo era claro, e que o PTB não estava ali para atrapalhar, o PTB estava ali para apoiar tudo que fosse necessário, que eles achassem que seria correto para a população de Jaguariúna, independente de quem estava na Administração; disse que o pensamento do PTB era daquela forma, então, era bom que ficasse bem claro, eles não estava ali para atrapalhar, eles estavam reivindicando um direito que era deles, o que eles pediam para que fosse seguido o Regimento Interno, se tinha quatro, eles até concordavam em participar da votação, colocassem os quatro nomes, como estava no Regimento Interno, os três mais votados iriam fazer parte de determinada Comissão, era aquilo que eles



Estado de São Paulo

queriam, com base no artigo meia cinco do Regimento Interno, era isso que eles queriam, mas se fosse membro a membro, eles queriam saber baseado em que artigo; naquele momento, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, e o Sr. Presidente não quis autorizar a fala, dizendo que estava encerrada a discussão, porque já tinham discutido bastante, porém o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que só ia esclarecer uma coisa, que era para deixar bem claro, que tinha acontecido no passado e que era bom deixar bem claro, e questionou ao Presidente se na eleição passada ele fazia base da situação ou da oposição; o Sr. Presidente disse que estava com a situação e que ele sempre apoiou, sempre foi fiel, disse ao Vereador; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que aquilo que ele queria deixar claro, e perguntou se em algum momento houve campanha para alguém participar de alguma comissão ali; o Sr. Presidente perguntou ao Sr. Alfredo Chiavegato Neto se ele o viu fazendo campanha para alguma coisa, e que o Vereador deveria dar nome aos bois, senão era complicado, e o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que não, que ele só estava querendo deixar claro que o que estava acontecendo lá era diferente do que aconteceu da outra vez, porque da outra vez houve uma disputa democrática de cada membro que pediu voto para cada um, e se fosse ver ele tinha de seguir a conduta da base e votar para o Presidente, era o que estava acontecendo naquela casa, naquele momento, a maioria estava excluindo a minoria, então, ele só queria deixar claro que naquela época, ele era o Presidente, o Sr. Romilson fazia parte da base dele, e em nenhum momento ele pediu voto para o Sr. Romilson ou o excluiu do processo, era aquilo que ele gostaria de deixar claro, porque estava dando a entender lá que ele tinha feito coisa errada, mas não, ele respeitou sempre a democracia, e não estava fazendo coisa errada, ele respeitou sempre o máximo possível, e todo mundo lá naquela hora disputou voto a voto com os membros, e fechou a questão, e o que estava acontecendo ali; o Sr. Presidente disse que em nenhum momento ele disse que o Sr. Fred estava fazendo coisa errada, e que eles iam fazer no mesmo formato, e que ele queria deixar bem claro; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o que estava acontecendo ali era uma questão política, eles estavam sendo excluídos em um processo, do qual não tinham embasamento nenhum para votar, e se falassem para ele que estava ali no artigo tal, o artigo tal, ele queria só ver, e ele queria que falassem aquilo, mas eles estavam fazendo aquilo de acordo com a prerrogativa do Presidente, estava vendo lá através do requerimento do Waltinho, seu colega, e o Silva foi muito bem na fala, e eles tinha de respeitar aquilo que era discutido naquela Casa, e a democracia, e eles não estavam os respeitando, e eles só estavam



Estado de São Paulo

querendo garantir aquela condição de participar, então, era isso que ele estava pedindo, aquilo que ele estava dizendo e a disputa como o Bozó queria, que era a mais correta, era a correta e que estava no Regimento Interno, era a disputa voto a voto, se tinham quatro membros, os quatro membro que quisessem participar da Comissão iam ter de pedir voto para os treze e os mais votados seriam os eleitos, senão não seria claro, não seria justo, porque se eram minoria iam perder sempre, se votassem membro a membro, mas se soltassem os quatro, eles iriam eleger um pelo menos, se eles tivessem cinco votos, colocariam um membro, elegeriam o segundo e o terceiro mais votado com dois votos seria eleito e acabava o problema, mas eles não queriam, eles queriam fazer uma coisa baseada não sabiam onde, e perguntou mais uma vez, baseado em que o Presidente iria por para votar aquilo, que artigo do Regimento Interno da Casa; pediu para que se o Presidente não pudesse falar, para que o Jurídico pudesse se expressar lá dizendo, onde estava aquele artigo; a seguir, o Sr. Presidente disse que colocaria em votação o requerimento verbal sugerindo que as votações fossem feitas membro a membro, quem quisesse sim, para votar membro a membro e não, para quem não concordasse; pediu para que a primeira Secretária fizesse a chamada para os votos; naquele momento o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, pediu novamente a palavra, por uma questão de ordem, e o Sr. Presidente disse que iria pedir para a Sra. Alzira cortar, e o Sr. Alfredo disse que só queria dizer que teria de ser um requerimento por escrito para tomara aquela decisão, teria de ter embasamento, que não poderia ser verbal, tinha de ter um requerimento escrito, protocolado, e falou ao Sr. Walter que ele era advogado e que ele tinha de representar a classe, tinha de ter embasamento; verbal? Disse para que tivessem dó, ele queria saber de que forma estavam votando aquilo, e o que ele estava falando para eles, estava escrito, a não ser que ele estivesse equivocado com o que estava escrito no Regimento Interno, ou se trocaram o dele, então, se ele queria verbal, estava errando de novo; o Sr. Presidente pediu para a Primeira Secretária fazer a leitura dos votos; naquele momento os Srs. Vereadores da bancada do PTB, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, José Muniz e Luiz Carlos de Campos, se ausentaram do Plenário; a seguir, em votação o requerimento verbal do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, foi aprovado por sete votos favoráveis; a seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos; terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a sessão, colocando em votação conforme o requerimento aprovado, votação dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e



Estado de São Paulo

Redação; antes disso, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, perguntando se o requerimento que ele havia sugerido estava lá, e ele achava que precisavam assinar, e ele gostaria de antes de iniciar a votação, mesmo sabendo que estava tarde e eles estavam lá conduzindo a sessão daquela forma e só para eles registrarem aquilo que era a indignação deles, através de um requerimento, pedindo para que eles não participassem das Comissões, ia assinado por ele e pelos demais membros da Bancada; em seguida, pediu a palavra, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, solicitando que registrasse em ata, que o requerimento foi protocolado após ele colocar em votação a Comissão que ele tinha acabado de se referir; o Sr. Presidente pediu para que fosse registrado conforme o pedido do Vereador; em seguida, solicitou para que a Primeira Secretária fizesse a seguinte leitura do ofício do PTB: "Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna. A Bancada do PTB, devidamente representada pelos Vereadores abaixo assinados, manifestam que se ausentaram da votação, bem como exprimem sua indignação pela inobservância dos artigos 59, 60, 64 e 65 do Regimento Interno desta Câmara Municipal. Ademais, a Presidência também não observou a proporcionalidade partidária das Comissões, desobedecendo ao cálculo descrito no artigo 59 do Regimento Interno. Portanto, após o resultado da votação das Comissões não autorizamos que nenhum membro de nossa sigla partidária integre quaisquer das Comissões porventura nomeada por ato próprio sem as devidas observâncias dos dispostos no Regimento Interno, sendo que a forma proposta pelo Presidente verbalmente não representará a proporcionalidade partidária. Câmara de Jaguariúna, sete de fevereiro de dois mil e dezessete. Vereador Alfredo Chiavegato Neto, Vereador Ângelo Roberto Torres, Vereador David Hilário Neto, Vereador José Muniz, Vereador Luiz Carlos de Campos"; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação a escolha dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, uma vez que tinham quatro concorrentes, e pediu para que a Secretária fizesse a chamada dos Vereadores, e diante de manifestação na Plenário, disse ao Vereador que eles tinham quatro concorrentes, uma vez que eram três membros, então, iam votar membro a membro para escolher os três; naquele momento, o Sr. Presidente suspendeu a sessão; terminado prazo concedido o Sr. Presidente reabriu a sessão, solicitando para que a Primeira Secretária fizesse a leitura dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, uma vez que o PTB abriu mão de compor a Comissão; a seguir, a Sra. Primeira Secretaria fez a leitura onde constava que os três membros eram: Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Membro:



Estado de São Paulo

Walter Luís Tozzi de Camargo; Membro: Afonso Lopes da Silva; Membro: Cássia Murer Montagner; – Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade: Membro: Inalda Lúcio de Barros Santana; Membro: Cristiano José Cecon; Membro: Afonso Lopes da Silva; o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns entendimentos; reabrindo a sessão e continuou a formação das Comissões, sendo que a Sra. Secretária disse que iriam proceder da seguinte maneira: onde tinha uma vaga para o PTB, iriam deixar reservado: Comissão de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes: Membro: uma vaga reservada para o PTB; Membro: Cristiano José Cecon; Membro: Tais Camellini Esteves; Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo: Membro: uma vaga reservada para o PTB; Membro: Inalda Lúcio de Barros Santana; Membro: Cássia Murer Montagner; Comissão de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo: Membro: Rodrigo da Silva Blanco; Membro: Cristiano José Cecon; Membro: Taís Camellini Esteves; as outras duas Comissões, a de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania: as três vagas ficavam reservadas para o PTB e a Comissão para Assuntos da Região Metropolitana de Campinas, também as três vagas ficavam reservadas para o PTB. A seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para que os membros das Comissões pudessem definir entre eles Presidente, Vice Presidente e Secretário; decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão informando como ficaram constituídas Comissões Permanentes para o Biênio 2017/2018: I – Comissão Constituição, Justiça e Redação: Presidente: Walter Luis Tozzi de Camargo; Vice-Presidente: Cássia Murer Montagner; Secretário: Afonso Lopes da Silva; II – Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade: Presidente: Afonso Lopes da Silva; Vice – Presidente: Inalda Lúcio de Barros Santana; Secretário: Cristiano José Cecon; III – Comissão de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo: Presidente: Rodrigo da Silva Blanco; Vice – Presidente: Cristiano José Cecon: Secretário: Tais Camellini Esteves. As demais Comissões, as de Comissão de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes; Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e Comissão para Assuntos da Região Metropolitana de Campinas, não apresentaram a hierarquia de seus membros. Tendo em vista que o tempo reservado ao Expediente se esgotou, todas as matérias abaixo foram transferidas para a Segunda Sessão Ordinária, a ser realizada aos quatorze de fevereiro de dois mil e dezessete, sendo: Assinatura da Ata da Sessão Solene de



Estado de São Paulo

Posse dos Srs. Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito e Instalação da Décima Sexta Legislatura, realizada em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete e da Ata da Sessão Especial de Eleição da Mesa, realizada em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete. A matéria oriunda do Senhor Prefeito, sendo: 1. Ofício DER nº 096/2016, encaminhando a Casa Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei nº 050/2016, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Ângelo Roberto Torres que dispõe sobre denominação de vias e logradouros públicos do loteamento denominado Residencial Águas do Jaguari. 2. Ofício DER nº 001/2017, solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 012/2016, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Jaguariúna – PDJ, e dá outras providências, encaminhado pelo Ofício DER nº 079/2016. 3. Ofício DER nº 002/2017, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 049/2016, que dispõe sobre autorização ao Executivo para firmar termo de permissão de uso do Estádio Municipal Alfredo Chiavegato, na forma que especifica, encaminhado pelo Ofício DER nº 083/2016. 4. Ofício SEGOV nº 086/2017, indicando o Vereador Afonso Lopes da Silva para atuar como Líder de Governo na Câmara, e o Vereador Rodrigo da Silva Blanco, como Více Líder, no biênio 2017/2018. As proposituras dos Senhores Vereadores: Projeto de Decreto Legislativo do Sr. David Hilário Neto que dispõe sobre a concessão de título de "Cidadão Jaguariunense", ao Sr. Pedro Machado Caldas. Requerimentos: 1. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal se existe a intenção por parte do Executivo Municipal em instituir Plano de Saúde aos Servidores Públicos do Município e caso afirmativo, a partir de quando; 2. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal se há previsão de entrega dos uniformes escolares das crianças da rede municipal; 3. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal qual a previsão para a conclusão das obras do asfalto e das calçadas na Estrada Judite dos Santos Pinto (antiga Estrada do Japonês); 4. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a manutenção dos brinquedos existentes no Parque Luiz Barbosa; 5. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. destinar uma linha de transporte coletivo que sirva o Loteamento Vila Primavera, passando pelas ruas do mesmo, com pontos determinados (com cópia para o Sr. Prefeito Municipal); 6. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a substituição dos espelhos quebrados dos banheiros/vestiários do Centro de Lazer do Trabalhador "Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos – Lebrão"; 7. Do Sr. Ângelo



Estado de São Paulo

Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar qual o motivo da falta de remédios nos Postos de Saúde e no Pronto Socorro do Município. Indicações: 1. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal feitura de calçada na Avenida Emílio Marconato, desde a Avenida Vicenzo Granghelli, no bairro João Aldo Nassif até o Distrito Industrial: 2. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal a feitura de campanha educativa nas escolas do Município, alertando sobre os perigos do uso de cerol nas linhas de empinar "pipas" e também para que haja a constante fiscalização para coibir esta prática; 3. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal para que seja refeita, ou então, seja feita com circunferência menor, a rotatória localizada na junção da Avenida Emílio Marconato, com a Avenida Vicenzo Granguelli, no bairro João Aldo Nassif; 4. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal reforma da quadra de esportes do Parque Luiz Barbosa, no que concerne a pintura, colocação de rede nas traves, iluminação, trocando lâmpadas queimadas e disponibilização de bolas; 5. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal implementação de via de mão única na rua Baságlia, na Vila 12 de Setembro, trecho defronte à Escola Irineu Espedito Ferrari; 6. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal reparos na caixa d'água no bairro Cruzeiro do Sul e a limpeza dos matos; 7. Do Sr. Ângelo Roberto Torrres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal recapeamento das ruas e limpeza e coleta de galhos e lixo do bairro Roseira de Cima; 8. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal limpeza e corte de matos dos terrenos localizados na Ladeira Jorge Teodoro de Lima, em especial na altura do nº 163, no bairro Cruzeiro do Sul; 9. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos no bairro Cruzeiro do Sul, em toda sua extensão, especialmente, na rua Eny Ponce Vilela; 10. Da Sra. Taís Camellini Esteves solicitando ao Executivo Municipal construção de lombadas na avenida Capitão Ulisses Masotti, entre o SOS Cidadão e a Ponte Vermelha, sentido Pedreira e outra antes do cruzamento em frente à Escola Educar; 11. Da Sra. Taís Camellini Esteves solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos no bairro Nova Jaguariúna, em especial, na rua Osvaldo Tonini, nº 132, em frente à New Lan Informática; 12. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal identificar as ruas do Loteamento Vila Primavera, com a colocação de placas. Moções: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, de pesar pelo passamento do Sr.



Estado de São Paulo

Lauro Zóia, ocorrido em 02 de fevereiro corrente, aos 84 anos de idade, nesta cidade; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, de congratulações e louvor à Paróquia de Santa Maria pela realização da 99ª Festa de São Sebastião, acontecida, nos dias 19 a 22 de janeiro corrente. As correspondências de Diversos: 1. Ofício nº 1536/2016/SR/GIGOV/CP da Caixa Econômica Federal comunicando crédito de recursos financeiros ao Município de Jaguariúna, do Orçamento Geral da União referente à implantação e Recapeamento de Pavimentação Asfáltica em Via Pública Urbana do Município, no valor de R\$ 46.825,42; 2. Ofício nº 1548/2016/SR/GIGOV/CP da Caixa Econômica Federal comunicando sobre contrato de repasse celebrado entre o Município de Jaguariúna e a Caixa Federal - recapeamento de vias públicas no Município no valor de R\$ 245.850,00, com contra partida de R\$ 4.150,00; 3. Ofício nº 1639/2016/SR/GIGOV/CP da Caixa Econômica Federal comunicando sobre contrato de repasse celebrado entre o Município de Jaguariúna e a Caixa Federal - implantação e modernização de infraestrutura esportiva – no valor de R\$ 500.000,00, com contra partida de R\$ 5.000,00; 4. Comunicado CM nº 210667/2016 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 89.802,00; 5. Comunicado CM nº 216242/2016 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 392.379,41; 6. Comunicado do Fundo Nacional de Saúde (via fns.saude.gov.br), sobre liberação de verba ao Município, no mês de dezembro de 2016, no valor de R\$ 582.793,95; 7. Comunicado do Fundo Nacional de Saúde (via fns.saude.gov.br), liberação de verba ao Município, no mês de janeiro de 2017, no valor de R\$ 481,733,48. 8. Ofício nº 004/2017 – Presidência da Associação Santa Maria de Saúde - Hospital Municipal "Walter Ferrari" cumprimentando a todos os Vereadores pela nova legislatura, e informando sobre a Diretoria Executiva e Superintendências da ASAMAS; 9. Ofício nº 004/2017 do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna cumprimentando a todos os Vereadores pela nova legislatura; 10. Ofício nº 47791/2016/SEI-MCTIC da Chefe de Divisão de Convênios do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações encaminhando cópia do Quinto Termo Aditivo ao Convênio nº 01.0030.00/2011 firmado entre o MCTI e o Município de Jaguariúna. A Votação de Proposituras, sendo elas: 1. Requerimento do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal se existe a intenção por parte do Executivo Municipal em instituir Plano de Saúde aos Servidores Públicos do Município e caso afirmativo, a partir de quando; 2. Requerimento



Estado de São Paulo

do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal se há previsão de entrega dos uniformes escolares das crianças da rede municipal; 3. Requerimento do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal qual a previsão para a conclusão das obras do asfalto e das calçadas na Estrada Judite dos Santos Pinto (antiga Estrada do Japonês); 4. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a manutenção dos brinquedos existentes no Parque Luiz Barbosa; 5. Requerimento do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. destinar uma linha de transporte coletivo que sirva o Loteamento Vila Primavera, passando pelas ruas do mesmo, com pontos determinados (com cópia para o Sr. Prefeito Municipal); 6. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a substituição dos espelhos quebrados dos banheiros/vestiários do Centro de Lazer do Trabalhador "Antonio Aparecido Rodrigues dos Santos – Lebrão"; 7. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar qual o motivo da falta de remédios nos Postos de Saúde e no Pronto Socorro do Município; 8. Moção do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, de pesar pelo passamento do Sr. Lauro Zóia, ocorrido em 02 de fevereiro corrente, aos 84 anos de idade, nesta cidade; 9. Moção do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, de congratulações e louvor à Paróquia de Santa Maria pela realização da 99ª Festa de São Sebastião, acontecida, nos dias 19 a 22 de janeiro corrente. Os inscritos para uso da palavra, versando sobre Temas Livres foram transferidos, também, para a Segunda Sessão Ordinária, nesta ordem: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Taís Camellini Esteves, Walter Luís Tozzi de Camargo e Romilson Nascimento Silva, Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

regimental, o Sr. Presidente daria início à Ordem Do Dia, mas não havendo matéria, daria início Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, porém, não havendo inscritos, encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia quatorze de fevereiro de dois mil e dezessete, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva Presidente

Vereador Afonso Lopes da Silva **Vice Presidente**

Vereadora Cássia Murer Montagner Primeira Secretária

Vereador Inalda Lúcio de Barros Santana Segunda Secretária



<u>Câmara Municipal de Jaguariúna</u> <u>Estado de São Paulo</u>



CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal. Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

> VEREADOR WALTER LUIS TOZZI DE CAMARGO Presidente da Câmara

